



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação pública visando à aquisição de 04 (quatro) vagas para capacitação de servidores desta Secretaria Estado de Fazenda do Rio de Janeiro por meio da participação no 11º Contratos Week, no período de 17/06/2024 a 21/06/2024, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, PR, na modalidade presencial.

1.1. Justificativa e Fundamento da Contratação

1.1.1. A justificativa para a contratação em tela está pormenorizada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar que descreve a necessidade e a motivação da demanda. A justificativa do tipo de solução escolhida, por sua vez, se encontra definida no item 5 do Estudo Técnico ("Do levantamento de mercado").

1.1.2. O fundamento da contratação, por sua vez, é a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea f) da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.1.3. Justificativa do uso do Sistema de Registro de Preços

1.1.4. Item não aplicável, tendo em vista que a presente contratação ocorrerá mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f), da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme acima afirmado.

1.2. Instrumentos de planejamento

1.2.1. O planejamento de contratações públicas, alinhado às estratégias da pasta, permite o alcance de objetivos eficientes e efetivos, privilegiando sobremaneira a governança pública. À vista disso, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNPC: 42498600000171-0-000033/2024

Data da publicação no PNCP: 15/12/2023. Última atualização em 10/05/2024

Id do item no PCA: 14917

Classe/grupo: 0335

1.3. Disponibilidade orçamentária e financeira

1.3.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2024:

Unidade Orçamentária	20610	Fundo Especial de Administração Fazendária
Unidade Gestora	206100	Fundo Especial de Administração Fazendária
Programa de trabalho	4732	Apoio as Atividades Operacionais e Administrativas da SEFAZ
Natureza de Despesa	3390.39.32	Encargos com Bolsas de Estudo ou Aperfeiçoamento Técnico, Científico ou Cultural

1.4. Estruturação de Planilha de Composição de Custos

1.4.1. A composição dos custos referentes à contratação em tela está apresentada na proposta comercial, conforme SEI n.º 75242478.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Definição do Objeto

2.1.1. O objeto da contratação pretendida é aquisição de 04 (quatro) vagas para capacitação de servidores desta Secretaria Estado de Fazenda do Rio de Janeiro por meio da participação no 11º Contratos Week, no período de 17/06/2024 a 21/06/2024, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, PR, na modalidade presencial. Esse período será, portanto, o ciclo do objeto a ser contratado.

2.2. Identificação dos itens, quantidades e unidades

2.2.1. Conforme item 7 do Estudo Técnico Preliminar, que traz a estimativa dos quantitativos e das especificações técnicas do objeto a ser contratado, o objeto a ser contratado, sua identificação no Sistema SIGA, bem como sua quantidade, vem descrito na tabela abaixo:

Código do item	ID	Descrição	Quantidade
033.009.0011	118609	Participação em Congressos/Simpósios. Descrição: Aquisição de vagas em congresso oferecido por pessoa jurídica.	04 unidades (vagas)

2.3. Informações Complementares

2.3.1. Matriz de riscos

2.3.1.1. Da análise do artigo 17, inciso X, do Decreto Estadual n.º 48.816/2023, a previsão de matriz de riscos no contrato dependerá de avaliação técnica que identifique situações que porventura possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, alocando, assim, de forma eficiente, os riscos e as responsabilidades entre as partes. A não obrigatoriedade, portanto, não significa uma dispensa apriorística da cláusula.

2.3.1.2. Nesse sentido, considerando que a pretensa contratação não apresenta situações que porventura possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, ante a baixa complexidade do caso, entendeu-se que a matriz de riscos é está dispensada.

2.3.1.3. O Mapa de Gerenciamento de Riscos, por sua vez, está acostado no SEI n.º 73998531.

2.3.2. Todas as demais informações necessárias e complementares à correta execução do objeto foram pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar.

2.4. Definição da natureza do serviço

2.4.1. O serviço a ser contratado pode ser classificado como comum, tal como dispõe o artigo 6º, XIII da Lei 14.133/21, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, seguindo as práticas cotidianas do mercado.

2.4.2. Com efeito, cumpre asseverar que o objeto do serviço de capacitação amolda-se ao disposto no artigo 6º, XIII da Lei 14.133/21.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Forma/Modelo de execução do Objeto

3.1.1. O objeto da contratação consiste na aquisição de 04 (quatro) vagas para capacitação de servidores desta Secretaria Estado de Fazenda do Rio de Janeiro por meio da participação no 11º Contratos Week, no período de 17/06/2024 a 21/06/2024, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, PR, na modalidade presencial

3.1.2. A execução do objeto dar-se-á da seguinte forma:

3.1.1.1. O início do 11º Contratos Week ocorrerá na modalidade presencial entre os dias 17/06/2024 a 21/06/2024 sendo este o ciclo do objeto a ser contratado, com término previsto para o dia 21 de junho de 2024.

3.1.1.2. A execução observará as rotinas previstas na programação do evento.

3.1.1.3. O congresso terá carga horária de 30 horas de capacitação, as quais serão divididas nos dias 18, 19, 20 e 21/06/2024, e o conhecimento será difundido por meio da apresentação de painéis diversos a respeito do tema de contratações públicas.

3.1.2. Local da entrega/prestação dos serviços:

3.1.2.1. Os serviços serão prestados em Foz do Iguaçu, Paraná;

3.1.3. Por consistir o objeto em participação em congresso, não há que se falar em condições de serviços de manutenção e assistência técnica.

3.1.4. Não se aplica ao caso a exigência de amostra e tampouco prazo de validade do objeto a ser contratado.

3.2. **Duração do contrato e possibilidade de prorrogação**

3.2.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a data da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2.2. Considerando que o escopo se exaure com a capacitação, a presente contratação não será passível de prorrogação.

3.2.2. Considerando ser o objeto de aplicabilidade imediata em datas estipuladas, não haverá formalização de contrato para a presente contratação, sendo o mesmo substituído por nota de empenho, a luz do disposto no inciso II do artigo 95 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3. **Reajuste de preços**

3.3.1. Item não aplicável à pretensa contratação, tendo em vista que a execução do objeto será finalizada imediatamente quando da compra das vagas.

3.4. **Garantia Contratual**

3.4.1. Não haverá a exigência de apresentação de garantia para execução do objeto contratado, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe que ficará a “critério da autoridade competente, em cada caso”. Assim sendo, dispensa-se a exigência de garantia em razão da ausência de complexidade do objeto e do valor estimado da contratação.

3.5. **Possíveis impactos ambientais**

3.5.1. Conforme informado pelo item 20 do Estudo Técnico Preliminar, no presente caso, não se vislumbram impactos ambientais a serem saneados durante a execução do objeto, muito embora seja possível que os materiais de apoio do evento sejam entregues aos participantes fisicamente em papel, conduta este que deve ser evitada, devendo ser privilegiado o modelo de arquivos em formato digital.

3.6. Da subcontratação

3.6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em cotejo ao disposto do artigo 74, §3º da Lei nº 14.133/21, por se tratar o caso em tela de contratação com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

3.7. Da vedação à participação de Consórcio

3.7.1. Não será admitida a participação de consórcios na pretensa contratação. Esta vedação se justifica na medida em que a contratação tem escopo e especialidade singulares. Além disso, a peculiaridade dos serviços de caráter intelectual, a serem contratados por ato de inexigibilidade, não se harmoniza com a possibilidade de formação de consórcio, conforme motivação da escolha apresentada no tópico "Levantamento de Mercado", item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

3.8. Da vedação à participação de Cooperativa

3.8.1. Não se vislumbra a possibilidade de contratação dos serviços na forma de cooperativa, em razão do escopo e especialidade singular na prestação do serviço objeto da pretendida contratação, conforme exposto no item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

3.9. Incidência do Programa de Integridade

3.9.1. Considerando as características, exigências do objeto a ser contratado e o valor estimado da contratação, **não** será exigido da pretensa contratada o Programa de Integridade, nos moldes da Lei Estadual n.º 7.753/2017.

3.10. Obrigações das partes

3.10.1. Obrigações da Contratante

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus anexos.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- e) Comunicar ao Contratado para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- g) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e no Contrato.
- h) Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral

do Estado, com vistas a adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo Contratado.

i) Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. O contratante terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

j) Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pelo Contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, §4º, da Lei nº 14.13/2021.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

m) O Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do Contratado e o Contratante.

n) A contratante deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, conforme o Decreto Estadual nº 48.817/2023, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados.

o) A contratante se obriga a prestar aos empregados da contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito a contratação.

p) Cabe à contratante documentar e notificar, por escrito, a contratada, por ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

q) Cabe à contratante efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

r) Cabe à contratante verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução da contratação.

s) A contratante deverá indicar os servidores que realizarão o curso contratado, na forma do art. 15, da Resolução nº 395, de 14 de junho de 2022.

3.10.2. Obrigações do Fornecedor/Contratado

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusado pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

c) Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

d) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia do valor correspondente aos danos sofridos.

f) Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que atua na

fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

g) Manter a regularidade junto ao SICAF.

h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguintes ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

e) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

i) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do Contratado, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;

m) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

q) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato.

j) Prestar esclarecimentos ou informações solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução dos serviços.

k) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprimento as determinações dos Poderes Públicos-

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

m) Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

o) A contratada deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento do objeto desta contratação, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

p) A contratada deverá emitir certificado, ao final da carga horária do congresso, para os participantes que cumprirem os requisitos para certificação.

q) A contratada deverá manter-se, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, incluindo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação neste Termo de Referência.

r) A contratada buscará sempre elucidar junto à contratante toda e qualquer dúvida que porventura não tenha sido suficientemente esclarecida.

s) A contratada se responsabilizará por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação societária, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que se relacionem direta ou indiretamente com a contratação, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, de tudo dando ciência à contratante.

t) A contratada deverá emitir Nota Fiscal para fins de recebimento.

u) No ato da contratação, a contratada deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência antes do ato de assinatura do contrato, para fins de realização do pagamento.

3.11. Fornecimento de materiais

3.11.1. Materiais a serem disponibilizados

3.11.1.1. Considerando tratar-se de contratação de compra de vagas para participação em Congresso, a execução do objeto ao longo dos dias de evento poderá contemplar o fornecimento e disponibilização de informações em materiais de apoio em papel, conduta esta que deve ser evitada, devendo ser privilegiada o modelo de arquivos em formato digital, conforme delineado no tópico sobre os possíveis impactos ambientais da contratação.

3.11.2. **Materiais não previstos em contrato**

3.11.2.1. Não será necessário o fornecimento de nenhum outro material que não tenha sido informado nos artefatos preliminares a esta contratação.

3.11.3. **Uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI)**

3.11.3.1. Item não aplicável, considerando que se trata a contratação de participação/compra de vagas em congressos.

3.12. **Parcelamento ou não do objeto contratado (artigo 17, inciso IV, alínea a) do Decreto Estadual n.º 48.816/2023)**

3.12.1. A justificativa do não parcelamento do objeto da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO**

4.1. **Requisitos da contratação**

4.1.1. Para a escorreita execução do objeto que se pretende contratar, qual seja, a participação de servidores desta SEFAZ/RJ em congresso, a pretensa contratada deverá atender, conforme o item 4 do Estudo Técnico Preliminar, aos seguintes requisitos:

- a) Possuir notória especialização nos temas pretendidos;
- b) Possuir experiência comprovada na temática envolvida;
- c) Possuir profissionais devidamente capacitados para atender à demanda da contratante;
- d) Possuir condições de cumprir fielmente o objeto contratado;
- e) Responsabilizar-se pelo planejamento do Congresso, pela designação dos palestrantes, cumprir a carga horária e o cronograma contratados, além de outras providências que as atividades exigirem;
- f) Possuir condições técnicas, financeiras e de pessoal para o cumprimento do objeto contratado;
- g) Manter, durante a execução do evento, a etapa de pagamento e até a conclusão das obrigações pactuadas, todas as condições de regularidade e qualificação perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- h) Responsabilizar-se por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- i) Responsabilizar-se pela adequada prestação do serviço, mediante a transmissão do conteúdo com qualidade, sem interrupções;
- j) Ministras as palestras e oficinas conforme programação;
- k) Fornecer e entregar o material de apoio do congresso;
- l) Providenciar a certificação de conclusão do Congresso aos participantes.

4.1.2. **Indicação de marcas ou modelos**

4.1.2.1. Não se aplica a indicação de marcas ou modelos e tampouco a vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço, por se tratar de participação em congresso.

4.2. **Qualificação Técnica e operacional**

4.2.1. Conforme pormenorizado no item 17 do Estudo Técnico Preliminar, para efeito de qualificação técnica, será exigida a comprovação de capacidade para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da **apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, em atenção ao art. 62, II, da Lei 14.133/2023, que trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação.

4.3. **Habilitação Jurídica**

4.3.1. Para fins de comprovação da **habilitação jurídica**, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

d) Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

e) Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

f) Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

4.5. Para fins de comprovação de **regularidade fiscal, social e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
 - b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
 - c) Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
 - d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.
- g) Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

I) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

II) Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

h) Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

I) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

II) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

j) Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

I) Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

II) O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

III) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

4.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

4.5.1.1. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

4.6. No ato da contratação, a contratada deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A, informando número e agência antes do ato de assinatura do contrato, para realização dos pagamentos.

4.7. Autorizações e Licenças Necessárias para a Execução do Objeto

4.7.1. De acordo com o item 20 do Estudo Técnico Preliminar, a única providência a ser adotada pela Administração para a pretensa contratação será a indicação dos servidores do órgão que irão participar do congresso, inexistindo, portanto, quaisquer outras providências a serem adotadas no que diz respeito a autorizações e licenças necessárias para a execução do objeto neste caso.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Agentes que participarão da gestão do contrato

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

5.1.2. A execução da contratação será atestada pelos participantes durante o evento em complementação à emissão do certificado pelo INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA.

5.1.3. Os representantes da SEFAZ/RJ, sob pena de responsabilização administrativa, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021

5.1.4. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

5.1.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

5.1.6. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEFAZ/RJ reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

5.1.7. O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 48.817/2023.

5.2. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

5.2.1. A comunicação com a contratada poderá ser feita por contato telefônico (posteriormente formalizada por escrito) ou por escrito, podendo ser por carta ou e-mail institucional.

5.3. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço e Metodologia de Avaliação da Qualidade e Aceite do Objeto

5.3.1. Não se vislumbra a adoção de Acordo de Nível de Serviços – ANS pela CONTRATADA, face à inaplicabilidade prática da vinculação dos níveis de execução dos serviços com a aplicação de glosas e, em caso de descumprimento contratual, a Administração, poderá valer-se das mensurações proporcionais para aplicação de sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021.

5.4. Recebimento provisório e definitivo do objeto

5.4.1. O recebimento provisório do objeto será dispensado, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto Estadual nº 48.817/2023.

5.4.2. O recebimento definitivo do objeto será efetuado por servidor ou comissão de fiscalização designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência;

5.5. Pagamento

5.5.1. O pagamento será efetuado em parcela única, por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela contratada.

5.5.2. Somente após a validação por parte da comissão de fiscalização, a CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente.

5.5.3. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal ou outro instrumento equivalente correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação para a contratação, sem emendas, rasuras ou borrões e legível em nome da Contratante.

5.5.4. A contratada deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente, a comprovação de regularidade fiscal exigidas no ato da contratação.

5.5.5. Os documentos acima descritos poderão ser solicitados pelo gestor ou pelo fiscal da contratação, a qualquer momento, caso se entenda necessário.

5.5.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, de 2021 comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.5.8. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a atestação da Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente, de acordo com o quantitativo e condições estabelecidas neste instrumento.

5.5.9. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente, o Banco Bradesco S/A, cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a emissão da Nota de Empenho.

5.5.10. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

5.5.11. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento respectivo ficará suspenso, prosseguindo-se a contagem a partir da apresentação da nova documentação isenta de erros.

5.5.12. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste instrumento serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento

6.1.1. A modalidade da contratação em questão se trata de uma inexigibilidade de licitação fundamentada no artigo 74, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Logo não seria aplicável o critério de julgamento de preços e tampouco modo de disputa, pois não se trata de processo com competição entre os licitantes.

6.2. Regime de execução

6.2.1. O regime de execução da contratação será empreitada por preço global, conforme Inciso XXIX, Art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Critério de aceitabilidade de preços

6.3.1. A modalidade da contratação em questão se trata de uma inexigibilidade de licitação fundamentada no artigo 74, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Logo não seria aplicável o critério de julgamento de preços e tampouco de aceitabilidade dos mesmo, pois não se trata de processo com competição entre os licitantes.

6.4. Estabelecimento de reserva de cota ou a exclusividade da licitação para os beneficiários da Lei Complementar n.º 123/2006

6.4.1. Item não aplicável por não tratar o caso de procedimento licitatório.

6.5. Critérios de Desempate

6.5.1. Não se vislumbra critérios de desempate na pretensa contratação, haja vista tratar-se de objeto singular, a ser contratado por inexigibilidade de licitação, através de contratação direta, com base no art. 74, III, alínea "f" da Lei 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo da contratação foi apresentado pela futura contratada na proposta comercial (SEI n.º 75242478), tendo como valor por participante a quantia de **R\$ 5.301,00 (cinco mil trezentos e um reais)**, perfazendo o valor total de **R\$21.204,00 (vinte e um mil duzentos e quatro reais)** para as 04 (quatro) vagas pretendidas.

7.2. A fundamentação do preço foi abordada com prudência, moderação e equidade. A comparação direta e objetiva de objetos singulares não se mostra factível, uma vez que critérios concretos para tal comparação não podem ser estabelecidos.

7.3. Portanto, em virtude da unicidade do objeto contratado e da impossibilidade de estabelecer comparações objetivas em qualquer aspecto, a justificação de preços não se respaldou na existência de eventos semelhantes no mercado.

7.4. Com o propósito de validar o preço e avaliar a coerência e a economicidade da contratação, adotou-se como medida de referência a comparação entre a proposta e os valores praticados no mercado pela potencial Contratada em contratos de natureza análoga. Observou-se que outros órgãos do Estado do Rio de Janeiro, realizaram contratações semelhantes à presente, mantendo valores integralmente concordantes com a presente proposta.

8. PENALIDADES

8.1. No caso de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, conforme as cláusulas estabelecidas.

- 8.2. À Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato é reservado o direito de, verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, utilizar outros critérios para a dosimetria da pena.
- 8.3. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não excederá o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação.
- 8.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

9. **RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Elaborador do Termo de Referência
Nome: FERNANDO SANTA CECILIA
Cargo: Secretário II
ID Funcional: 5141728-6

Elaborador do Termo de Referência
Nome: ARIEL CORDEIRO DE CASTRO
Cargo: Assistente II
ID Funcional: 5137496-0

10. **ANEXOS**

- I - Planilha de Custos e Formação de Preços
- II - Modelo de Ordem de Serviços
- III - Proposta (75242478)

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024.

FERNANDO SANTA CECILIA
Secretário II
Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios
ID: 5141728-6

ARIEL CORDEIRO DE CASTRO
Assistente II
Coordenadoria de Planejamento de Compras
ID: 5137496-0

ATO DA AUTORIDADE

APROVO as condições delineadas no presente Termo de Referência, conforme atribuição prevista no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 48.816/2023 e no Decreto 48.650/2023.

ASSIS FERNANDO DA SILVA
Superintendente
Superintendência de Compras e Contratos
ID: 5141742-1

ANEXO A
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Código do item	ID SIGA	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
033.009.0011	118609	Participação em Congressos/Simpósios. Descrição: Aquisição de vagas em congresso oferecido por pessoa jurídica.	04 unidades (vagas)	R\$ 5.301,00	R\$ 21.204,00

ANEXO B

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:			CNPJ:
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total				

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

DEMAIS DETALHAMENTOS

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	

Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Ariel Cordeiro de Castro, Assistente II**, em 23/05/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75278101** e o código CRC **251BC4A8**.

Referência: Processo nº SEI-040002/001203/2024

SEI nº 75278101

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001
Telefone: 2334-4300 - www.fazenda.rj.gov.br